

HACKEAR E AQUILOMBAR: AS JUVENTUDES NEGRAS CARIOCAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO DE ESTADO

TAMIRIS PEREIRA RIZZO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

VALENTINA CARRANZA WEIHMÜLLER

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

PATRÍCIA CARDOSO DE JESUS

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

FRANCIELE PEREIRA CAMPOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Reflexiona-se sobre as estratégias de resistência desenvolvidas pelas juventudes negras cariocas, durante 2018 e 2019, a partir do diálogo entre duas experiências de pesquisa. A metodologia foi a pesquisa-ativista junto a coletivos artístico-culturais de favela e coletivos estudantis de uma Universidade Federal. Indica-se que essas juventudes articulam estratégias criativas e complementares de relevante potência política-estética-formativa: o hackeamento à institucionalidade e a promoção de ações de aquilombamento. Os estudos decoloniais e o feminismo negro auxiliam na problematização e contextualização dessas estratégias de resistência, a fim de fazer frente à violência-militarização das favelas e a manutenção de políticas de minoritização nas universidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ação Cultural. Juventude Negra. Racismo. Resistência à Opressão.

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge do diálogo reflexivo entre duas pesquisas de doutorado, situadas na cidade do Rio de Janeiro, que trabalharam a partir de uma metodologia de pesquisa-ativista (HALE *et al.*, 2008) junto a juventudes negras no campo artístico-cultural e político-universitário. Esse diálogo conduziu a reflexão sobre as seguintes questões: Como as políticas públicas, que atingem nosso cotidiano como jovens estudantes, artistas e cidadãos da cidade de Rio de Janeiro, vêm operando nos últimos anos para a reprodução do racismo? O que temos feito coletivamente para resistir e enfrentá-lo?

Inspiradas pelos trabalhos de intelectuais do feminismo negro, como Beatriz Nascimento, Léila González, como também da perspectiva decolonial, a partir da obra de Aníbal Quijano e Rita Segato, pretendemos neste artigo refletir sobre a estrutura racista do Estado brasileiro, focalizando os impactos sobre as juventudes negras cariocas, a partir de

algumas políticas públicas recentes no nível nacional e local; apresentar categorias de análise que nos permitam problematizar essas políticas em termos de estratégias estatais para a reprodução do racismo e; expor, a partir das práticas de resistência e ação coletiva das juventudes negras, algumas linhas analíticas para enfrentar e subverter essas estratégias de poder, a fim de contribuir com as lutas antirracistas.

Almeida (2008) caracteriza o racismo como uma forma de dominação que coloca a raça como construção ideológica-estruturante. Sendo uma formação de poder, compreende uma malha de relações sociais que se constituíram historicamente. Almeida (2008, p. 25) define, então, o racismo como:

Uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios a depender do grupo racial ao qual pertençam.

A raça é, portanto, um marcador fundamental na compreensão dos mecanismos de reprodução das desigualdades e práticas discriminatórias no interior das sociedades. Almeida (2008) reconstrói a gênese do conceito do racismo, enquanto um fenômeno estrutural e estruturante das sociedades e, como tal, passível de ser praticado e observado na relação entre indivíduos, grupos, instituições e, entre elas, o próprio Estado.

A realidade estrutural e estruturante do racismo no Brasil pode ser contemplada pelo próprio fenômeno da violência. Segundo o Atlas da Violência 2019, “75,5% das vítimas de homicídio no Brasil em 2017 eram negras”, e que “para cada indivíduo não negro vitimizado por homicídio, houve 2,7 de vidas negras retiradas”. Considera, ainda, o crescimento desigual deste indicador, uma vez que de 2007 a 2017 a taxa de homicídio de negros cresceu 33,1% e, a de não negros foi de 3,3% (CERQUEIRA *et al.*, 2019).

As juventudes negras no Brasil são plurais, mas, em sua maioria, compartilham uma condição juvenil marcada por esta violência racializada. O racismo não só influi na estruturação de desigualdades socioeconômicas entre populações brancas e negras (pretos e pardos), como também, determina as possibilidades de vida destas últimas. Não só discrimina, também mata, e mata de forma sistemática principalmente as novas gerações negras. Interessa-nos, então, problematizar especificamente o papel do Estado na reprodução do racismo.

Apesar dos avanços significativos da agenda antirracista, entre a primeira década dos anos 2000 até a instabilidade aberta com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, identificamos no artigo como o Estado Brasileiro, em suas complexas articulações de níveis e instâncias, manteve e, no período subsequente às sucessões do executivo, aprofundou duas estratégias fundamentais para a reprodução do racismo; entre elas, a constante ocupação, disciplinamento e militarização dos territórios-lares dos povos “outros” e o estabelecimento de políticas de minoritização para o acesso a recursos e direitos.¹

Para abordar essas duas estratégias de Estado – ocupação-militarização territorial e a

manutenção de políticas de minoritização – acrescentamos as elaborações de Almeida (2008) às contribuições da perspectiva da Colonialidade do Poder de Quijano (2005), as quais advogam por uma continuidade entre as estruturas de poder coloniais e as repúblicas constituídas ao longo dos séculos XIX e XX.

Segundo Quijano (2005), a ideia de raça, com seus princípios de estratificação e hierarquização, permeia diversas estruturas desde as econômicas às políticas, simbólicas e subjetivas. O poder de Estado tem um papel fundamental nesta configuração, pois ele é exercido por meio de um complexo sistema jurídico-legal e, também repressivo, que uma vez informado pela raça, se reproduz a partir de processos violentos e coercitivos de cunho racista. Assim, para esta perspectiva, apesar do fim do colonialismo como modo de ocupação e organização dos territórios, as suas estruturas de poder ainda permanecem vigentes, numa “colonialidade” que perpassa e influi sobre o modo de produção, as ordens institucionais e os imaginários hegemônicos (QUIJANO, 2005).

Após a caracterização dessas duas estratégias reprodutoras do racismo, compartilhamos algumas experiências de organização, agenciamento e resistência, desenvolvidas pelas juventudes negras cariocas no intuito de enfrentá-las. Comentamos como tanto os coletivos de jovens artistas das favelas, como os coletivos negros universitários, apresentam trânsitos e formas de luta semelhantes em torno ao que definimos como: a) um hackeamento à institucionalidade e; b) a promoção de ações de aquilombamento. Ao longo do texto, desenvolvemos estas categorias à luz de nossas reflexões sobre os casos abordados.

METODOLOGIA

A investigação está vinculada a duas teses de doutorado, intituladas: “Tudo que nós têm é nós: lugares da negritude e práticas político-pedagógicas de coletivos negros na universidade” (RIZZO, 2021), trabalho realizado junto a juventude negra na universidade, e “Políticas de vida na Arte coletiva e feminina: uma experiência pesquisa nas favelas de Manguinhos, RJ” (WEIHMÜLLER, 2021), desenvolvida junto a coletivos de artistas mulheres jovens de favelas da zona norte da cidade.

Foi adotado o referencial teórico metodológico da *pesquisa-ativista*, na tradução livre, proposto por Hale *et al.* (2008) para a condução do estudo e escrita do artigo. A assunção do compromisso ético-político dirigido à construção de relações de afeto, reciprocidade e solidariedade junto às juventudes negras figura entre os pressupostos desta proposta teórico-metodológica. Apropriamo-nos dos princípios e etapas propostos por Hale *et al.* (2008) buscando, no contexto específico da investigação junto às juventudes negras cariocas, contemplar:

a) A centralidade nos sujeitos (pesquisador/a e coletividades) e em suas interações, como motores de todas as etapas de um processo de pesquisa compartilhado, tanto nos objetivos como nos rumos da investigação.

b) A incorporação das tensões e da reflexividade, como elementos centrais do procedimento metodológico, sobretudo, para observar as relações entre a posicionalidade

do pesquisador e o conhecimento situado.

c) A assunção do caráter processual e dialógico, entre teoria e prática na produção compartilhada de saberes, que implica o engajamento político nas agendas de luta, bem como promover a democratização na produção dos conhecimentos.

d) A pesquisa ativista com grupos racializados, ou ainda, diante de diferentes processos de racialização e generificação dos sujeitos, incidem diferencialmente sob as realidades, territórios, sujeitos e nas possibilidades de investigação. É assim fundamental, a busca pela coerência interna na explicação dos processos, evitando os desequilíbrios essencialistas ou relativistas.

Amparadas por estes pressupostos, as pesquisas em questão foram iniciadas em 2017 e se fortaleceram de maneira mais expressiva em 2018-2019. O material de campo que fomentou o conjunto de análises e sistematizações apresentados neste artigo, baseiam-se: na participação e organização de eventos e produções junto a coletivos artísticos-culturais dos circuitos de *hip hop* das favelas de Manguinhos (Mulheres do Vento e Slam Manguinhos); na participação por um ano nas atividades promovidas pela Comissão de Coletivos Negros de Discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – fórum que agrega 18 coletivos estudantis negros universitários e representações das pró-reitorias universitárias – com destaque para o acompanhamento do primeiro Festival Político Cultural Coletividades Negras em 2019.

Após a sistematização inicial no cenário de cada pesquisa, vislumbramos correlações e similitudes nas movimentações das juventudes negras. Propomos, então, alguns encontros comuns para que pudéssemos promover trocas e reflexões, tendo estes encontros ocorrido, quinzenalmente, durante o segundo semestre de 2019. Concretizamos esses resultados com a tessitura coletiva desse artigo que apresenta as reflexões das pesquisas.

ESTRATÉGIAS CONTEMPORÂNEAS DA COLONIALIDADE NA REPRODUÇÃO DE RACISMO

Ocupação, disciplinamento e militarização dos territórios-lares dos povos “outros”

Nas favelas cariocas sobressaem a falta de equipamentos sociais que garantam acesso a direitos, bens e serviços, ausências que são produto da reprodução desigual e racializada na conformação das cidades. A violência se expressa em um estado de guerra não declarada. O cotidiano de muitos moradores (e o destino de muitos jovens) é condicionado por um clima permanente de fogo cruzado entre “setores criminosos” e “forças de segurança pública”.

Conforme nossas reflexões junto a coletivos artístico-culturais de Manguinhos, este tipo de enfrentamento e as mortes a ele associadas vem aumentando nos últimos anos após a implantação, em 2013, da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e a Cidade da Polícia. Sob o pretexto da “guerra contra às drogas” e diante da preparação para “megaeventos” (Copa

do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos 2016), fundamentou-se o avanço na ocupação e militarização territorial por parte do Estado sobre as favelas.

A Política de Pacificação de Favelas começou a ser implementada na cidade em 2008. Durante os primeiros anos conseguiu “expulsar” bandos criminosos e diminuir os confrontos. Em algumas favelas foi acompanhada de iniciativas educativas e sociais para a população jovem (BANCO MUNDIAL, 2014). Mas com o passar dos anos, sua suposta função social foi sendo desvirtuada e o exercício da violência e a corrupção tomaram conta das unidades. Franco (2014, p. 123) sinaliza ter sido por meio das UPPs que o Estado passou a exercer uma presença incompleta nas favelas, reforçando sua função repressiva:

(...) não é do conjunto do Estado, com direitos, serviços, investimentos, e muito menos com instrumentos de participação. A ocupação é policial, com a caracterização militarista que predomina na polícia do Brasil. (...) o que é reforçado mais uma vez é uma investida aos pobres, com repressão e punição.

A autora recupera como as mortes de civis em áreas de UPPs aumentaram exponencialmente: de uma em 2011 a vinte em 2014 (FRANCO, 2014, p. 71). Este dado exemplifica a faceta das UPPs como mecanismo de controle dos setores populares empobrecidos (maioritariamente pretos e pardos) por meio do terror, da vigilância e da truculência.

O Relatório final do Projeto de Militarização das Favelas: Impactos na vida dos jovens negros e negras, elaborado pelo Fórum de Juventude do Rio de Janeiro (2015), enfatiza como essa estratégia estatal de “ocupação para a pacificação” transformou-se em “militarização” e perda de direitos. O documento caracteriza essa política como “uma das peças principais do funcionamento de uma engrenagem governamental de controle de corpos dos jovens negros(as), através da qual o Estado se reinventa cotidianamente” (FÓRUM DE JUVENTUDE, RJ, 2015, p. 6).

Neste material, produzido por jovens de diferentes favelas da zona norte do Rio de Janeiro, identificamos diferentes impactos, privações e violações de direitos que os e as jovens das favelas vêm sofrendo por causa da implementação das UPPs. A partir de uma análise do material, são situações recorrentemente apresentadas ao longo do relatório:

1. Situações de vulnerabilidade e perigo constante pela “venda” das favelas aos policiais;
2. Abuso de autoridade e maus tratos por não apresentarem documentos de identidade;
3. Censura e clausura de festas e manifestações da cultura popular;
4. Repressão e vigilância constante para atividades de militância e ativismo nas favelas;
5. Ameaças a projetos de mídia comunitária e produção cultural;
6. Impedimentos para trabalhar quando não aceitar a extorsão policial;
7. Controle policial nas escolas;
8. Controle da vida e dos corpos (horários, estilos de vestir, penteados, “comportamentos” etc.);
9. Limitações para a livre circulação e o direito à cidade;

10. A seletividade homicida de jovens negros e pobres que, por meio de figuras legais, como “autos de resistência” ou “balas perdidas”, mantém impune e naturalizado o genocídio de Estado.

Junto a jovens de Mangueiras vivenciamos muitas situações, desde as limitações para a livre circulação e a “suspeita” dos corpos negros, até as mortes injustas em mãos da polícia. Não faltou censura e truculência diante de manifestações artísticas e culturais e impedimentos para realizar algumas atividades sociais sem as respectivas “autorizações”.

A partir da atenção no caso de Mangueiras, nota-se certa sincronidade entre a “ocupação militarizada” e alguns projetos de “urbanização”. Referimo-nos especificamente ao Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC) que foi implementado em três favelas da cidade de Rio de Janeiro (Mangueiras, Rocinha e Complexo do Alemão) de 2008 a 2013.

O PAC em Mangueiras produziu algumas mudanças significativas como a “revitalização” de áreas abandonadas para a criação de um “centro cívico” com equipamentos urbanos e de lazer (praça, biblioteca, colégio de ensino médio, centro juvenil, casa da mulher, clínica da família e ponto de pronto atendimento). Mas, a manutenção desses equipamentos não foi garantida e com o passar do tempo eles se deterioraram e muitos deles deixaram de funcionar (como foi o caso da casa da mulher e durante um bom período o da biblioteca).

Também o PAC construiu novos conjuntos habitacionais que se transformaram em lares de algumas famílias. Porém, muitas outras foram divididas e removidas. Apesar do projeto manifestar uma vocação “participativa”, demandas de infraestrutura solicitadas pelos próprios vizinhos não foram atendidas. Organizações comunitárias em torno do projeto foram desarticuladas por falta de apoio e legitimação das instituições públicas (CARDOSO *et al.*, 2016).

A sincronidade entre estratégias de “urbanização” (esporádicas e sucateadas) e de “segurança” (por meio da ocupação militarizada para o genocídio e o controle da população favelada, majoritariamente negra e jovem), evidencia mais um episódio do avanço do “projeto colonizador-moderno” sobre as formas de vida comunitárias; sendo o Estado, um dos seus principais agentes.

Segato (2013) fala sobre estas formas estatais de intervir e ocupar o território, da colonialidade inerente ao que ela denomina de “frente colonial/estatal-empresarial-midiático-cristão”. Este complexo se articula permitindo a manutenção de estruturas de poder racistas e coloniais por meio da violência militarizada e outros dispositivos jurídico-midiáticos. Assim, territórios são ocupados para avançar sobre formas de vida outras, principalmente àqueles que vêm resistindo à rapina da colonial-modernidade, como aldeias indígenas e nos *jirones de comunidad*, presentes nas favelas e periferias.

AS POLÍTICAS DE MINORITIZAÇÃO PARA O ACESSO A DIREITOS

A expansão do ciclo político multicultural - entre finais dos anos 1990 e nas duas

primeiras décadas dos anos 2000 - trouxe consigo uma agenda de ampliação de direitos das chamadas “minorias” ou identidades políticas (mulheres, jovens, afrodescendentes, indígenas, LGBTQIA+). Como sugere Álvarez, Dagnino e Escobar (2000), a ação destes grupos e movimentos sociais no período em questão exerceu desequilíbrios nas relações entre Estado-sociedade. A política foi sendo entendida e praticada como um processo ativo no qual o cultural vai se politizando a partir de ações dos movimentos sociais e, requerendo, a ampliação da demanda e exercícios de direitos perante os governos.

Embora esta agenda tenha encontrado um eco favorável e, alguns de seus aspectos tenham sido desenvolvidos sob os governos ditos democráticos e progressistas na América Latina no período, estes não foram capazes, por si só, de revogar os mecanismos pelos quais a violência, inerente a colonialidade do poder, têm de seguir sendo manifestada na perpetuação das desigualdades sociais e na manutenção de mecanismos de repressão estatal autoritários e racistas. Esta contradição é abordada na literatura tanto por Walsh (2009; 2010) como por Segato (2016).

Segundo Walsh (2009; 2010), as lutas por reconhecimento e visibilidade permitiram aos movimentos dialogarem com os governos progressistas, atingindo algumas reparações relativas à inclusão social e política. Tanto no Brasil como em outros países, como Bolívia, Equador, Argentina, Colômbia, promoveu-se a criação de marcos legais e institucionais para atender as demandas por reconhecimento, inclusão e acesso de grupos sociais diversos, organizados como movimentos políticos entorno as pautas identitárias e culturais.

Afirma ainda Walsh (2009) que foi criado um clima para o florescimento de uma cidadania ampliada, incorporando aos espaços de construção democrática, os representantes de setores historicamente silenciados e excluídos. Instâncias intermediárias, como conselhos, comissões, comitês e secretarias foram instituídos a fim de diversificar as agendas de governo e influir nos programas de ação. Desta maneira, o ciclo multicultural e progressista abriu brechas nos espaços institucionais para o debate e posterior implementação de políticas afirmativas que, em certa medida, ampliaram o acesso e desestabilizaram os modos coloniais-modernos de gerir os recursos e interesses públicos.

Não obstante, o modelo multicultural e identitário apresentou seus limites a partir do “erro da minoritização”, segundo Segato (2016). A autora alerta para o efeito de desmobilização e parcialização, quando os movimentos assumiram de forma acrítica uma posição “menor”, “parcial” nos conflitos. Não seria apenas um erro quantitativo, a exemplo da maioria da população brasileira não branca sofrer os efeitos do racismo. Mas, principalmente, como um equívoco político, dado que introjeta o caráter marginal, residual, “de menor importância” das pautas de luta.

Segato (2016) caracteriza esse “efeito de minoritização” como próprio à estrutura de poder colonial-moderna, aquela que estabelece temas centrais de “interesse geral” (finanças, saúde, educação, economia, segurança, direito) e “temas parciais”, “particulares”, “menores” (dos negros, das juventudes, das mulheres etc.), negando-lhes sua centralidade nos mecanismos políticos que reproduzem o sistema social vigente.

Esta agenda pode induzir certa acomodação dos movimentos à dinâmica da máquina

estatal e a priorização de um diálogo quase exclusivo com as instituições governamentais, relegando um trabalho mais amplo na capilaridade social. Assim, tal como sugere Walsh (2009, 2010), entende-se que, para Segato (2016), as políticas focalizadas nas minorias correm o risco de se transformar em eficazes mecanismos de controle e reprodução do sistema dominante.

Os limites fáticos colocados à política de cotas raciais para o acesso ao ensino superior, podem ser lidos a partir desse viés da “minoritização”. A lei nº 12.711 que instituiu as cotas raciais, aprovada em 2012, previa a reserva de vagas nas instituições de ensino superior público brasileiro à afrodescendentes e indígenas. A política pública tinha o objetivo de agir como indutora na correção da distorção racial na distribuição de vagas a novos estudantes (BRASIL, 2012). Ou seja, ampliava o acesso, mas sua consistência para mudar as estruturas racistas das instituições brasileiras, era tênue. Como observaremos na atuação dos coletivos negros universitários na UFRJ, a política se apresentou importante, porém incompleta, dada a constante resistência e despreparo das estruturas acadêmicas na incorporação real dos novos e diversos corpos discentes.

Além da resistência, implementação lenta e aparecimento de fraudes nas cotas raciais, vimos também, a ausência de diretrizes de políticas de permanência e outras iniciativas que operativamente enfrentassem a colonialidade presente nos currículos, nos temas de pesquisa e a marcante branquitude do corpo docente. Tratava-se de uma “questão dos cotistas” e não “da universidade”, exemplificando os efeitos “minoritizadores” da medida política.

HACKEAR E AQUILOMBAR: EIXOS DINÂMICOS DA AÇÃO COLETIVA DAS JUVENTUDES NEGRAS

O termo *hacker* permeia vários campos de saber, inclusive, os estudos sobre juventudes. Reguillo (2017) fala de um espírito *hacker* presente nas formas contemporâneas de ação coletiva juvenil, definido como aquela “disposição-capacidade para intervir em partes do sistema a fim de trazer ou produzir outro significado” (p. 12, tradução nossa). A autora relaciona a ideia de *hackear* às formas de resistência de grupos e culturas subalternizadas que, ao longo do tempo e em diferentes conjunturas, conseguiram subverter ou modificar dispositivos governamentais e de controle simbólico para fins de subsistência e existência.

Partimos, então, da ideia de que as juventudes negras estão promovendo um hackeamento à institucionalidade, no intuito de realizar uma leitura de inflexão dentro da ordem colonial/moderna, que ultrapassando a agenda “minoritária”, sinaliza a ação independente e auto-organizada dessas juventudes a partir das estratégias ancestrais adotadas pelo movimento negro (GOMES, 2017) na disputa pelos dispositivos e espaços de poder.

Esse tipo de hackeamento responderia a dois movimentos. Por um lado, comporta um trabalho criativo para tensionar a ordem estabelecida, utilizando certa “camuflagem

institucional” das estratégias históricas e ancestrais de sobrevivência e luta. Por outro, o hackeamento também se constata quando se produzem “subversões inusitadas” sobre certas políticas de “desenvolvimento”, “inclusão” ou “contenção social”. Ou seja, quando certas políticas públicas, uma vez apropriadas pelos agentes sociais atingidos, desencadeiam processos, apropriações e movimentos para além e, até contrárias, às metas estabelecidas programaticamente.

Apesar do risco de cooptação e desmobilização de toda ação política por via institucional (Segato, 2016), quando esta consegue atuar numa dinâmica de hackeamento, seja pela camuflagem ou pela subversão, produz efeitos de desestabilização e erosão das estruturas de poder, utilizando, paradoxalmente, as próprias tecnologias de poder (e seus efeitos) como ferramentas de luta.

A possibilidade de hackear os dispositivos e políticas não acontece por acaso. Elas pressupõem uma plataforma afetiva, vincular e próxima que reúne, sensibiliza e dá força ao agenciamento coletivo. Assim, as juventudes negras também promovem e produzem ações de aquilombamento. Estas se referem a criação e manutenção, constante e capilar, de espaços-tempos afetivos, comunitários e coletivos que recompõem formas de vincularidade e produção de subjetividades que foram canceladas pelo projeto civilizatório da colonial/modernidade.

Estes espaços-tempos, de relevante força feminina, atualmente podem se apresentar fugazes e fluidos ou de modo mais perene. Neles a vida é louvada e protegida conforme a temporalidade e os saberes pertencentes aos projetos históricos “outros”, que bem Lélia Gonzalez (1988) definiria como *afroladinoamefricanos*, em referência a uma “América Ladina” (africana e ladina) e não “Latina”.

Segundo Nascimento (2018), o quilombo é um espaço de produção de vida para além da dor. É espaço de produção de saídas criativas para o asfixiamento diante da supremacia branca:

Quilombo pode ser um lugar onde as pessoas possam viver mais livremente. No Rio de Janeiro o quilombo ‘é uma favela, é um movimento como o Black-Rio, ou uma nova escola de samba do subúrbio como a Quilombo de Palmares’. Num outro sentido, é uma referência de paz e harmonia com a natureza (NASCIMENTO, 2018, p. 189).

Nascimento (2018) nos ensina que as práticas de aquilombamento sempre caracterizaram as organizações negras brasileiras, já que para ela, qualquer aglutinação de pessoas negras se torna um quilombo. Portanto, contempla, mas avança a ideia anteriormente datada e territorializada dos quilombos como um tipo de organização social coexistente e contraposta ao regime colonial-escravocrata brasileiro.

Os aquilombamentos não são pensados de um modo romântico e culturalista, mas como plataforma de resistência e existência em sua potência política-estética-pedagógica-e produtiva para manter a vida e imaginar outras formas de estar no mundo. Nos aquilombamentos “a vida” não pode ser dividida em dimensões estanques como estética,

política, economia, natureza, comunidade e subjetividade. Neles a vida bate e vibra de forma holística e dinâmica. E hoje em dia, esses batimentos e vibrações, surgem entre *beats*, rimas, poesias, fotografias e outras iniciativas das juventudes negras.

HACKEAR E AQUILOMBAR NAS AÇÕES DOS COLETIVOS NEGROS UNIVERSITÁRIOS

As políticas de ações afirmativas, entendidas para além de um caráter minoritário (integralista, parcial e paliativo), podem ser analisadas como uma dessas ações de hackeamento por meio da “camuflagem institucional”, ou seja, quando práticas e saberes ancestrais conseguem se adentrar nos espaços oficiais e exercer pressão “de dentro” do próprio Estado e seus âmbitos de influência, no caso, as universidades públicas. Entre os resultados preliminares da investigação gostaríamos de exemplificar esta dinâmica de “hackear e aquilombar” na universidade.

Os Coletivos de Negros Discentes da UFRJ foram os principais agentes na disputa, hackeamento e subversão da própria política de ações afirmativas. Questionaram a postura da instituição como limitadora à garantia de permanência e bem-estar dos jovens cotistas, expressas na: ausência de políticas de permanência (assistência financeira, moradia universitária, creches, transporte, alimentação, xerox/ biblioteca); na manutenção da exclusão e apagamento de saberes e conhecimentos afro-indígenas (ausência de pertencimento e reconhecimento, repercutindo sob as evasões), inclui-se a falta de professores negros(as), cursos noturnos e o regime integral dos mesmos, reforçando o caráter elitista da universidade; na ausência de mecanismos de controle diante das fraudes na autodeclaração racial (limites ao acesso e democratização via cotas).

Desde 2014, observa-se a articulação de jovens cotistas criando Coletivos Negros Discentes na UFRJ. Em 2018, este movimento culminou na publicação pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, da Portaria nº 6.301, que institui a *Comissão de Coletivos Negros de Discentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (Comissão UFRJ Negra). Instaurada em junho de 2019, a comissão é um espaço formal de diálogo entre as representações dos coletivos e as distintas pró-reitorias. Tem como objetivo a promoção das pautas étnico-raciais na e da UFRJ, visando manter este debate permanente; apoiar e desenvolver ações afirmativas e ativistas internas e externas e garantir mudanças curriculares na graduação e pós-graduação. Foi forjada institucionalmente a partir das pressões para o aprimoramento da política de cotas raciais. No entanto, expressa em seus objetivos uma série de intencionalidades hackeadas que aprimoram, mas também, subvertem quais devem ser os sentidos da inclusão de corpos jovens e negros nesse espaço, indo muito além do que comportava a simples “reserva de vagas”.

Não há uma linha que separe essas dinâmicas: é por meio da estratégia do aquilombamento que as táticas de hackeamento são possíveis. É também por meio destas táticas, que àquelas estratégias podem tensionar um amplificar as vozes negras juvenis, aquelas que ecoam nas favelas e nas universidades pedindo e legitimando pautas urgentes

e socialmente relevantes, além de “minoritárias”. As vozes das juventudes negras criam suas próprias formas para enfrentar o silenciamento e a apropriação da palavra, promovidos pela colonialidade.

Durante o primeiro Festival Político Cultural de Coletividades Negras da UFRJ, organizado por esta Comissão de Coletivos Negros Discentes, presenciamos uma fala que traduz essa noção do aquilombamento. Na atividade de abertura do festival, uma jovem negra transmitiu a seguinte mensagem aos presentes: “Nós existimos, nós estamos nos fortalecendo, nos aquilombando e nos movimentando, curando nossas feridas e construindo novas possibilidades de presente e futuro para o povo preto e pra sociedade como um todo”.

Também vimos as pontes entre os aquilombamentos da juventude negra universitária com a juventude negra de favela. O encerramento do festival foi marcado pela promoção do primeiro “Black in Fundão”. O evento ocorreu na área externa do vão do prédio da reitoria, contando com “oficinas de charme”, em alusão ao baile de mesmo nome que acontece desde os anos 80 em Madureira - berço do samba e dos bailes blacks cariocas - das apresentações do “Slam fogo neles”, atuante nas favelas e com a performance das “Drags Pretas”, finalizando com o show do rapper BK.

HACKEAR E AQUILOMBAR NAS AÇÕES DOS COLETIVOS ARTÍSTICO-CULTURAIS DAS FAVELAS DE MANGUINHOS

Frente à estratégia estatal de ocupar e intervir nos territórios de favelas, observamos alguns movimentos de hackeamento. O primeiro refere ao uso da máquina estatal para lutar por verdade, memória e justiça quando um jovem é assassinado pelas forças de segurança pública. Os coletivos e agrupações de *Mães Vítimas da Violência de Estado*, no caso, as Mães de Manguinhos (MÃES DE MANGUINHOS, s.d) – as quais se articulam com vários grupos artístico-culturais do território –, têm um papel fundamental neste tipo de agenciamento. Suas ações são auxiliadas pelo aparelho legal dos Direitos Humanos a fim de conseguir tensionar as próprias lógicas repressivas e genocidas do mesmo Estado.

Cabe recuperar a articulação das agrupações de Mães e familiares vítimas da violência de Estado em Rio de Janeiro na elaboração da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para *Os autos de resistência e as mortes decorrentes de ações policiais* (2015-2016). Essa iniciativa funcionou como uma ferramenta importante para: denunciar o aumento da letalidade policial, visibilizar a crueldade das políticas de militarização via UPPs e exigir justiça, verdade e memória por seus filhos assassinados.

A CPI desvelou o acobertamento das práticas policiais truculentas e genocidas nas favelas, registrando como informação pública e sistematizada as 3250 mortes por “autos de resistência” causadas nas favelas entre 2010 e 2015, dando voz oficial às 3250 pessoas assassinadas pela força pública em contextos de ocupação e intervenção policial e militar. Demonstrou a impunidade das ações letais da polícia quando, se alegava uma duvidosa

“falta de provas” o que atrapalhava o desenvolvimento dos processos de julgamento (CAMPOS;WEIHMÜLLER, 2019).

As Mães não atuam de forma unilateral. Entre outras organizações, elas são acompanhadas por diversos coletivos culturais juvenis que apoiam diversas de suas ações comunitárias. Tal o caso do Slam Manguinhos, encontro que reúne a poesia performática e outras manifestações do movimento *hip hop* em eventos frequentes no espaço público de Manguinhos. Desde 2016 este Slam apoia as manifestações das Mães e, em sua terceira edição em 2019, aconteceu junto ao Quinto Levante das Mães de Manguinhos, “por memória, justiça e liberdade nas favelas e periferias”:

O primeiro Slam Manguinhos foi organizado em 2016, em atividades do FAVELARTE e em apoio às lutas por ressignificação e re-ocupação dos espaços onde jovens moradores de Manguinhos foram assassinados pela militarização e a violência de Estado. Esta luta já tem longa data sendo as Mães de Manguinhos as protagonistas principais pela memória, verdade e justiça dos seus filhos assassinados pelo Estado genocida. Assim, o Slam Manguinhos surge como uma iniciativa de artistas engajados com as lutas das pessoas reais das favelas, como uma estratégia para enfrentar a dor pelo viés da arte e sua força transformadora (SLAM MANGUINHOS, 2019, s.p.).

Essas ações coletivas, como as Mães Vítimas ensinam, fazem do “luto uma luta”, sendo a arte um componente essencial. Desta forma, lugares comunitários marcados com o sangue de jovens executados pelo Estado são ressignificados como espaços de memória e resistência. Os territórios sucateados, abandonados e ocupados militarmente pelo estado, adquirem assim outros significados coletivos, produzindo um hackeamento insurgente sobre os sentidos emanados dos solos urbanos marcados pela manifestação letal do racismo.

Esse hackeamento não seria possível sem a emergência de ações de aquilombamento. Mães, vizinhos e jovens participam em verdadeiros espaços para a existência coletiva, onde a arte urbana, popular e de forte arraigamento às tradições afrobrasileiras e afrodiaspóricas são as linguagens comuns. Assim, o hackeamento pela via institucional para enfrentar o racismo de Estado e suas formas genocidas de ocupação do território, têm seu sustento afetivo, estético e vincular quando laços comunitários são reconstituídos a partir de ações territorializadas e em chave quilombola.

O hackear e aquilombar também se dinamizam quando, por exemplo, os coletivos “remarcam”, ressignificam espaços modificados pelos projetos de desenvolvimento urbano conforme suas próprias demandas e inquietudes. Tal o caso da Roda Cultural do Pac’Stão, coletivo que organiza batalhas de *freestyle* e outras artes do universo *hip hop* na praça do “centro cívico” criado pelo PAC. Os artistas estabelecem um jogo de significados a partir da sigla, pois PAC, também significa, “Por Amor a Cultura”; e forma parte da palavra “Pac’Stão”

que alude ao país “Paquistão” e sua semelhança com Manguinhos no constante clima de guerra (PAC’STÃO, s.d).

O mesmo ocorre com o Slam Manguinhos que durante o ano de 2019 realizou a maioria de seus eventos ao lado da estação de trem SuperVia Manguinhos, área nomeada pela grande mídia como a “Faixa de Gaza”. Hackeando essa nomeação preconceituosa e criminalizante, a cada edição o Slam e seus organizadores desprendem cuidado e afeto com o local. Organizam e deixam o espaço bonito, colocam um som maneiro e buscam uma boa ambiência para subverter a imagem de “Faixa de Gaza”, substituindo-a pela imagem de um espaço de poesia, de *hip hop* e de sorrisos.

As ações de hackeamento sobre estratégias criminalizantes e genocidas perpetuadas nas favelas, apesar de localizadas e pontuais, permitem outra plataforma estético-política. Permitem aos e às jovens se expressarem num ritmo e numa estética dissidente e disruptiva, onde simultaneamente “respiram”, estão e projetam-se para além dos condicionantes e das opressões sociais estruturalmente colocadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste artigo demonstrar como a estrutura do Estado Brasileiro tem perpetuado contemporâneas estratégias de colonialidade, portanto de reprodução do racismo, a partir da intensificação de processos de violência, militarização e ocupação de territórios, concomitantemente, com a coexistência de processos contraditórios que envolvem as políticas de minoritização no acesso à direitos e, como em ambos os movimentos, atingem e também são afetados, pelas ações das juventudes negras cariocas.

O diálogo entre os resultados das investigações permite indicar que as juventudes negras cariocas – seja em território de favelas ou em contextos universitários – vêm se organizando e produzindo ações coletivas de resistência que combinam ações de hackeamento à institucionalidade, como também, de promoção de ações de aquilombamentos, espaços-tempos para a defesa e produção autônoma da vida e de outras formas de coletividades dissidentes.

Estas formas coletivas de ação juvenil compartilham em suas práticas tecnologias ancestrais e saberes forjados pelo movimento negro brasileiro, em especial, pelo legado do movimento de mulheres negras. Corroborando Gomes (2017), educam para as relações étnico-raciais ao acionarem outros saberes e processos de resistências nas favelas e universidades na última década.

Identificamos a centralidade destas ações, sobretudo, pela potência política, estética e pedagógica que esta forma de ação aquilombada forja ao interpelar à dimensão artístico-cultural. Elas oferecem, em ambos os territórios, outras possibilidades de estar no mundo, criar e nele fortalecer a produção da vida em detrimento dos processos de promoção do matar ou do deixar morrer, vivenciado pela população negra mediante ao genocídio físico, cultural, simbólico e, também, epistêmico.

Os efeitos dessas táticas e estratégias complementares, tanto de hackeamento como de aquilombamento, transbordam as subjetividades juvenis negras que as

protagonizam e exercem reflexo sob a comunidade negra de forma mais geral, e dentro desses territórios em particular.

Por fim, ressaltamos as principais limitações que essas juventudes enfrentam para expandir e consolidar essas ações. Um dilema é a própria relação conflitiva com os poderes instituídos nesses territórios, de favela e das universidades, que as criminalizam ou as subjagam. E o outro, nos falamos da falta de condições materiais e financeiras para executar de forma autônoma e independente seus projetos. Deste modo, políticas públicas interessadas em apoiar e alçar tais ações necessitam corrigir e superar estes dilemas.

Artigo recebido em: 01/04/2021

Aprovado para publicação em: 20/12/2021

HACKING AND "AQUILOMBAR": BLACK YOUTHS FROM RIO DE JANEIRO IN THE FIGHT AGAINST STATE RACISM

ABSTRACT: Resistance strategies developed by Black youths from Rio de Janeiro during 2018 and 2019 are the subject of reflection from the dialogue between two research experiences. The research was based on activist scholarship methodology with artistic-cultural groups from *favelas* and student groups from a Federal University. It is indicated that these youths articulate creative and complementary strategies of relevant political-aesthetic-formative potential: hack the institutional framework and the promotion of actions of *aquilombamento*. Decolonial studies and black feminism help to problematize and contextualize these resistance strategies to confront the violence-militarization of the favelas and the maintenance of minority policies in the universities.

KEYWORDS: Cultural Action. Black Youth. Racism. Resistance to Oppression.

HACKIAR Y "AQUILOMBAR": JÓVENES NEGROS DE RÍO DE JANEIRO EN LA LUCHA CONTRA EL RACISMO DEL ESTADO

RESUMEN: Las estrategias de resistencia desarrolladas por juventudes negras cariocas durante 2018 y 2019 son el foco de reflexión a partir del diálogo entre dos experiencias de investigación. La metodología fue la de investigación-activista junto a colectivos artístico-culturales de *favelas* y colectivos estudiantiles de una Universidad Federal. Se indica que dichas juventudes articulan estrategias creativas y complementarias de relevante poder político-estético-formativo: el hackeo de la institucionalidad y la promoción de acciones del *aquilombamento*. Los estudios decoloniales y el feminismo negro ayudan a problematizar y contextualizar estas estrategias de resistencia para enfrentar la violencia-militarización de las favelas y el mantenimiento de políticas minoritarias en las

RIZZO, T. P.; WEIHMÜLLER, V. C.; JESUS, P. C. de; CAMPOS, F. P.

universidades.

PALABRAS CLAVE: Acción cultural. Juventud Negra. Racismo. Resistencia a la opresión.

NOTA

1 - Estes pontos são abordados ao longo do artigo e, em especial, no item "As políticas de minoritização para o acesso à direitos".

AGRADECIMENTOS

Às pessoas que realizam ações para enfrentar o racismo na América Latina.
À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiarem as pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S; RIBEIRO, D. **Racismo estrutural**. São Paulo: Polén, 2019.

ÁLVAREZ, S. E., DAGNINO, E., ESCOBAR, A. Introdução. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. *In*: Álvarez, S. E., Dagnino, E., Escobar, A. (orgs.) **Cultura e Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 15-57.

BANCO MUNDIAL. **O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro**: Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs. Setor de Desenvolvimento Sustentável Unidade de Desenvolvimento Social Região da América Latina e do Caribe Documento do Banco Mundial, 2014.

BRASIL. **Lei Nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 31 mar. 2020.

CAMPOS, F. P.; WEIHMÜLLER, V. C. "**Por nossos filhos assassinados: Memória, Verdade e Justiça!**" - A luta das mães vítimas da violência do Estado. Fase Org. Disponível em:
<https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Por-nossos-filhos-assassinados_-

[M%C3%A3es-de-maio.pdf](#)>. Acesso em: 30 out. 2019.

CARDOSO, A. L. C. *et al.* **PAC Manguinhos**: problemas não resolvidos e recomendações: relatório. Fiocruz/ENSP, 2016. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/def4d76a79608f7d45a76aea18030c016661f48b.PDF>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

CERQUEIRA, D. *et al.* (org). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FÓRUM JUVENTUDE, RJ (2015). **Relatório final do Projeto de Militarização das Favelas**: Impactos na vida dos jovens negros e negras, 2015. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/v2/uploads/files/Militarizacao_UPPs.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

FRANCO, M. **UPP – A redução da favela a três letras**: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Niterói (RJ), Universidade Federal Fluminense, 2014.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, n. 92/93, p. 69-82, 1988.

HALE, C. R. *et al.* **Engaging contradictions Theory, Politics and Methods of Activism Scholarship**. Berkeley, CA: University of California Press, 2008. 390 p.

MÃES DE MANGUINHOS. Página de Facebook. S.d. Disponível em: <<https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidade nos dias de destruição**. São Paulo: Editora filhos da África, 2018.

PAC'STÃO. Página de Facebook. S.d. Acesso: em: <<https://www.facebook.com/pg/poramoracultura/about>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

RIZZO, T. P.; WEIHMÜLLER, V. C.; JESUS, P. C. de; CAMPOS, F. P.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Em: Lander, E. (org) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p.107-126.

REGUILLO, R. C. **Paisajes insurrectos: jóvenes, redes y revueltas en el otoño civilizatorio**. Barcelona: NED Ediciones/Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Occidente, 2017.

RIZZO, T. P. "**Tudo que nós têm é nós**": lugares da negritude e práticas político pedagógicas de coletivos negros na universidade. 2021. 320f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROCHA, D. G. Imagens cristalizadas: a construção dos estereótipos sobre favelas. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 11 n. 3, p. 6-24, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/ppgmc.v11i3.9842>>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SEGATO, R. L. El sexo y la norma: Frente estatal, patriarcado, desposesión y colonialidad. // **La crítica a la colonialidad en ocho ensayos**. Y una antropología por demanda. Prometeo Libros, 2013. p. 101-138.

SEGATO, R. L. Patriarcado: del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. // **Las nuevas formas de la guerra en el cuerpo de las mujeres**. Traficantes de Sueños, 2016. p. 91-108.

SLAM MANGUINHOS. **Poesia Favelada Abrindo seus Caminhos**. Midia 1508. Disponível em: <<http://www.midia1508.org/2019/10/04/slam-manguinhos-poesia-favelada-abrindo-seus-caminhos/>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estados & Sociedad. Luchas (de) coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya Ayala, 2009.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y educación intercultural. **Construyendo interculturalidad crítica** [versão online], 2010, p. 01-18. Disponível em: <https://www.uchile.cl/documentos/interculturalidad-critica-y-educacion-intercultural_150569_4_1923.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2021.

WEIHMÜLLER, V. C. **Políticas de vida na arte coletiva e feminina**. Uma experiência-pesquisa nas favelas de Manguinhos, RJ. 2021. Tese (Doutorado em Educação em Ciências e Saúde) – Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

TAMIRIS PEREIRA RIZZO: Nutricionista e Mestre em Saúde Coletiva (UNIFESP) e Doutora em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto Nutes UFRJ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2226-9620>

E-mail: tami.rizzo16@gmail.com

VALENTINA CARRANZA WEIHMÜLLER: Graduada em Comunicação Social (Universidad Nacional de Córdoba, Argentina); Mestra em Educação em Ciências e Saúde e Doutora em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto Nutes UFRJ.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1559-8354>

E-mail: cw.valentina@gmail.com

PATRICIA CARDOSO DE JESUS: Graduanda em Psicologia e Estudante bolsista de Iniciação Científica no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde (Instituto NUTES/UFRJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3540-4649>

E-mail: patricia.c.jesus99@gmail.com

FRANCIELE PEREIRA CAMPOS: Roteirista pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro, graduanda em História da Arte e Estudante de Iniciação Científica no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Saúde (Instituto NUTES/UFRJ).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9895-5750>

E-mail: fotografiascaxiasdosul2019@gmail.com

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).